A LEITURA E A BIBLIOTECA ESCOLAR: IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO DE LEITORES NOS DOCUMENTOS NORMATIVOS BRASILEIROS (2011-2020)

READING AND SCHOOL LIBRARY: IMPLICATIONS ON
THE READERS FORMATION IN BRAZILIAN NORMATIVE
DOCUMENTS (2011-2020)

Edileide da Silva Reis do Carmo¹
Secretaria Municipal da Educação de Salvador

Resumo: Este artigo atualiza a discussão sobre leitura e biblioteca escolar, produzida durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia. Baseia-se em documentos normativos brasileiros ligados à leitura, à literatura, à escrita, ao livro e à biblioteca, elaborados de 2011 a 2020. Numa perspectiva crítico-comparativa, apoiada na pesquisa qualitativa e Linguística Aplicada, o presente trabalho objetiva discutir a formação de leitores no Brasil, mediante a análise documental, considerando também particularidades da rede pública soteropolitana. Essa profusão de referenciais legais com o escopo supracitado evidencia que boas políticas públicas de formação leitora e socioeducacional são descontinuadas ou interrompidas, assim faltam bibliotecas e bibliotecários nas escolas do Brasil, comprometendo o desenvolvimento de suas comunidades.

Palavras-chave: Leitura; Biblioteca escolar; Políticas de formação de leitores; Práticas de letramento; Árvore.

¹ leidesilva05@gmail.com

Abstract: *This article updates the discussion on reading and school library, produced during the master's program in Graduate Studies in Language and Culture, Federal University of Bahia (Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia). It is based on Brazilian normative documents, concerned to reading, literature, writing, book and library, created from 2011 to 2020. In a critical-comparative perspective, supported by a qualitative research and by Applied Linguistics, this work aims to discuss the formation of readers in Brazil, through documentary analysis, also considering particularities of the education public system of Salvador. This profusion of legal references with the mentioned scope shows that good public policy of reading and socio-educational formation are discontinued and interrupted, thus lacking libraries and librarians in the Brazilian schools, compromising the development of their communities.*

Keywords: *Reading; School library; Readers formation policies; Literacy practices; Árvore.*

INTRODUÇÃO

A leitura sempre estará na centralidade das rodas de conversa da sociedade civil, dos professores e de outros profissionais ligados aos diferentes níveis de ensino; assim como em foco nos textos acadêmicos e documentos normativos brasileiros, sendo objeto de estudo e argumentação de que ela é imprescindível para o ser humano desejoso por transformação no contexto social em que está inserido. Essa ênfase revela que a leitura é uma prática social e dialógico-reflexiva pela qual o ser humano partilha esse processo consigo e com outros interlocutores (CARMO, 2012).

Nesse sentido, a discussão em que a leitura está no centro das atenções é bastante pertinente, dada a relevância social do tema e suas implicações para que essa prática se constitua um direito acessível e garantido a todos os indivíduos, independente, por exemplo, do poder aquisitivo delas. A seleção do contexto brasileiro na segunda década do século XXI (2011-2020) é um importante recorte temporal para discorrer sobre o tema em questão, pois permite confrontar a relação entre o que dizem os documentos normativos referentes à leitura e a efetividade de suas determinações e propostas. As práticas de letramento se fazem presentes em toda a trajetória de vida das pessoas, no privado e/ou no público, no individual e/ou no coletivo; e a vivência nos espaços da escola está

imbricada com a formação leitora da população brasileira. Esses ambientes escolares, em conformidade com o cenário sociopolítico e governamental, estão sujeitos a mudanças, que, muitas vezes, são percebidas significativamente a médio e longo prazos, embora a escola seja sensível a alterações dia a dia, independentemente da natureza delas.

Este artigo trata da proeminência de iniciativas criadas no contexto do Brasil nos últimos dez anos com vistas à formação leitora de sua sociedade. O país possui um histórico de medidas com esse escopo; muitas delas, debatidas amplamente com entidades e indivíduos ligados à leitura, à literatura, à escrita, ao livro e à biblioteca nas dimensões educacionais e culturais. O período selecionado nos fornece elementos suficientemente importantes a respeito das decisões do Poder Legislativo e Executivo no processo formativo de leitores em nossa nação, uma vez que a partir delas as práticas de letramento têm sido descontinuadas.

As escolhas temáticas, metodológicas e de embasamento teórico não são aleatórias, o que é peculiar também à pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006; LÜDKE; ANDRÉ, 2013) e aos estudos pautados na Linguística Aplicada (ALMEIDA FILHO, 2008; BORTONI-RICARDO, 2008), ou seja, elas estão imbuídas de significados relacionados ao meu percurso acadêmico-profissional. Portanto, neste trabalho acadêmico, é possível revisitar a dissertação produzida durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, atualizando a discussão sobre a leitura e a biblioteca escolar, mediante a análise documental a partir do recorte temporal supracitado. Os documentos normativos brasileiros selecionados foram examinados sob uma perspectiva crítico-comparativa, considerando a realidade de escolas públicas do país, especialmente as de Salvador.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir a formação de leitores a partir de documentos normativos da legislação brasileira, publicados de 2011 a 2020,

baseando-se, inclusive, em particularidades da rede pública de ensino de Salvador.

Discorremos acerca de aspectos comuns entre os documentos de abrangência nacional – Plano Nacional do Livro e da Leitura; Plano Nacional de Educação 2014-2024 e Política Nacional de Leitura e Escrita –, bem como suas especificidades (Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca; Plano Municipal de Educação 2016-2026) e implicações para a sociedade brasileira, além de seus desdobramentos no cenário soteropolitano. Apesar da capital baiana, tratamos também da parceria feita entre a Secretaria Municipal de Educação e a *Árvore*², em 2020. Por conseguinte, este artigo encontra-se estruturado na ordem em que os documentos e a associação foram mencionados.

Nesses dispositivos legais, a leitura é postulada como ferramenta essencial para a educação e transformação social. Eles sinalizam uma forte militância em sua defesa, sobretudo, porque o desempenho do Brasil no tocante à formação leitora de sua sociedade é insatisfatório.

1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL³), instituído mediante o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, é um documento que apresenta “As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores) [...]” (BRASIL, 2014, p. 2), reconhecendo que essa conjuntura favorece o “[...] desenvolvimento social e da

² Plataforma de leitura digital, na qual estão disponíveis livros, periódicos e materiais de referência para estudantes e educadores. Escolas públicas e privadas no Brasil podem adquirir o acesso a esse acervo e as ferramentas didático-pedagógicas. Mais informações podem ser obtidas no *site* <https://www.arvore.com.br>.

³ Em 2019, o PNLL sofreu algumas alterações, conforme o Decreto nº 9.930. Uma delas é a extinção do Conselho Consultivo, o que impede uma participação maior e mais efetiva da sociedade civil nas ações governamentais, contrariando o bem social universalizado.

cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa.” (BRASIL, 2014, p. 2). O PNLL abrange toda a sociedade, ao compreender que todos os setores devem ser envolvidos em ações cuja finalidade é tornar a leitura e o livro acessíveis a todos para além dos muros da escola e irrestritos às condições econômicas das pessoas, aos bens culturais que possuem e a outras características intrínsecas da idade, do nível de escolaridade, da origem geográfica etc.

Assim, o PNLL promove a visibilidade da biblioteca e de espaços de leitura como equipamentos socioculturais em que o acesso ao livro é democrático, por isso a importância de bibliotecas e similares existirem com condições adequadas, as quais englobam, principalmente, infraestrutura física, acervo e profissionais especializados na área. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em sua 5ª edição⁴, publicada em 2020, afirma que houve diminuição no número de bibliotecas nas cidades ou nos bairros. Em 2011, 67% dos participantes afirmaram sua existência; mas, em 2015 e 2019, eram 55% e 47%, respectivamente (FAILLA, 2020).

Muitos fatores interferem no processo formativo de leitores, e um deles é o acervo – item pior avaliado –, o qual precisa de mais livros, sobretudo, novos (FAILLA, 2020). Isso contribuiria para que o número de usuários aumentasse, claro, associado a mais bibliotecas e projetos de mediação de leitura construídos pertinente e coerentemente a partir de ações contínuas nesse ambiente.

A Retratos de Leitura no Brasil registra que a biblioteca é o 3º lugar em que as pessoas mais leem livros impressos ou digitais. Em relação aos demais locais – casa, sala de aula, trabalho, meios de transportes e outros, indicados nas pesquisas anteriores, a biblioteca foi o único ambiente em que a prática de leitura aumentou (FAILLA, 2020).

⁴ As edições referem-se aos anos de 2001, 2007, 2011, 2015 e 2019 e os resultados são publicados nos anos subsequentes à pesquisa.

Quando o assunto é o Desenvolvimento da Economia do Livro – Eixo 4 do PNLL –, a especificação de valores torna-se indispensável, porque somos remetidos ao valor simbólico do livro e ao seu valor econômico. Simbolicamente, o livro contempla as dimensões educacionais e culturais da leitura, o que está diretamente associado à dimensão econômica dele.

Sob essa perspectiva, é relevante destacar o rompimento de compromissos com a sociedade brasileira, mesmo diante da vigência de um documento reconhecidamente importante (o PNLL), que, inclusive, foi elaborado a partir da contribuição de diversos setores e áreas. No ano passado, o atual governo federal propôs taxar em 12% os livros, por considerá-los um produto elitista⁵. A Retratos da Leitura no Brasil mostra que aproximadamente 27 milhões de brasileiros das classes C, D e E juntas consomem livros; e que o preço afeta 22% dos leitores do Brasil ao escolher um título durante a compra. Esses dados comprovam que, quanto menor a renda, mais difícil é o acesso ao livro e maiores são as discrepâncias sociais (FAILLA, 2020). Diante de proposições na contramão do desenvolvimento socioeconômico, educacional e intelectual, as leis aprovadas em favor do nosso país visam a minimizar prováveis estragos. Uma delas é a Lei nº 13.005/2014 a respeito da qual discutiremos na próxima seção.

1.1 Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca

Considerado um país de proporções geográficas continentais, a União não tem como gerenciar as problemáticas do livro e da leitura sem o Distrito Federal, os Estados e os Municípios. Por isso, o PNLL atribui a eles a responsabilidade de elaboração e implementação de seus próprios planos, a fim de que seus objetivos sejam cumpridos, conforme cada contexto.

⁵ Essa classificação evidencia que o proponente ignora a realidade social do Brasil, porque todas as classes sociais consomem livros.

Salvador, por exemplo, ampliou o seu plano acrescentando categorias relacionadas ao PNLL, denominando-o de Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB), mediante o Decreto nº 24.590/2013, cuja vigência é de dez anos. Essa extensão se deu pela compreensão de que é preciso pensar em um dos lugares onde o livro deve estar e a leitura pode ser fomentada. A respeito disso, Vilela (2017, p. 126) afirma: “Sabemos que uma sala de leitura ou uma biblioteca pode influenciar o gosto pela leitura, pois na maioria das vezes, este é o único lugar onde algumas crianças, sobretudo da escola pública, terão oportunidade de acesso a livros”.

Desde 2014, uma das ações do PMLLB Salvador é a Parada do Livro. Realizada anualmente, consiste na distribuição gratuita de obras literárias para públicos de diferentes faixas etárias e na arrecadação de livros diversos. Segundo gestores dessa ação pública, até sua 6ª edição, cerca de 40 mil exemplares foram entregues à população soteropolitana (A TARDE, 2019). Essa iniciativa é interessante, atrativa e pertinente, mas é uma das poucas informações disponíveis a respeito do chamado Plano de Leitura da capital baiana. Assim, salienta-se que o planejamento e o cumprimento de políticas públicas e sua transparência são fundamentais para o município e a sociedade, pois eles contribuem, inclusive, com o combate à negação do direito à cultura dos letramentos múltiplos.

2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

A Lei nº 13.005/2014 institui o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), o qual define diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional, orientando a União e seus entes federativos quanto às suas responsabilidades para a promoção de políticas públicas nesse setor. A leitura, ou melhor, o emprego do termo, aparece nesse documento, das 20 metas estabelecidas, nas

seguintes estratégias 4.7, 7.1, 7.33 e 16.6 (BRASIL, 2014). Destas, as duas últimas estão intrinsecamente relacionadas entre si e com a presente discussão.

7.33 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do *Plano Nacional do Livro e da Leitura* (grifo nosso), a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. (BRASIL, 2014, p. 66-67).

16.6 Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do *Plano Nacional do Livro e da Leitura* (grifo nosso) e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público. (BRASIL, 2014, p. 81).

Nessas estratégias, observa-se a menção ao PNLL, o que enfatiza a importância de políticas de formação de leitores se retroalimentarem, independentemente da área e de seu público, já que o principal interesse comum é a existência de uma sociedade brasileira competentemente leitora. A lei, portanto, reconhece a relevância do Plano Nacional do Livro e da Leitura e reforça que a educação institucionalizada não se faz apenas com docentes, mas também com bibliotecários e outros agentes atuantes na escola.

As estratégias 7.33 e 16.6 evidenciam ainda que a qualidade da educação básica, conforme prevê o próprio PNE, não pode ser conquistada sem a presença de bibliotecários e outros mediadores de leitura. É indispensável também capacitação específica para os profissionais da/em educação, a fim de a formação de leitores ocorra efetiva e significativamente.

Esse reconhecimento se alinha com os princípios da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – que defende “[...] a importância de uma formação bastante específica para os bacharéis em biblioteconomia que atuam ou desejam atuar no contexto

educacional [...]” (CARMO, 2012, p. 92). O processo de capacitação e treinamento desses indivíduos deve ser contínuo e privilegiar também conhecimentos teóricos e metodológicos de ensino das ciências da educação. (CARMO, 2012).

Dado o devido valor ao profissional dessa área, uma pergunta óbvia surge: Em qual espaço educativo esse agente pode atuar? Na escola, a biblioteca é o lugar indicado para a atuação do bibliotecário e sua equipe. A resposta, não obstante, seja simples e fácil, mostra as barreiras impostas à comunidade escolar, cujo processo de ensino-aprendizagem sofre impactos negativamente duradouros. A formação leitora, então, fica comprometida, e os esforços para alterar essa realidade precisam ser intensificados.

A “existência” desse relevante ambiente pedagógico-cultural ocorre por autodeclaração escolar, dificultando uma captação mais fidedigna da realidade, já que reconhecer a comparência ou não de uma biblioteca traz à tona concepções atinentes à sua relevância e função nas comunidades de ensino.

Observa-se, no entanto, o desconhecimento ou a ignorância concernente à infraestrutura e ao funcionamento da biblioteca escolar, doravante BE, apesar de ser vasto o número de publicações acadêmico-científicas e estatais estabelecendo critérios para que ela seja um ambiente pedagógico significativo para o processo de escolarização brasileiro (CAMPELLO et al., 2010; IFLA, 2016; CFB, 2020). Logo, servem como parâmetros⁶ para os gestores indicarem se suas escolas possuem ou não biblioteca escolar.

O PNE 2014- 2024 se entrelaça também com a Lei nº 12.244/2010⁷, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país. A vida útil

⁶ A Resolução nº 220/2020, do Conselho Federal de Biblioteconomia, “Dispõe sobre parâmetros a serem adotados [...]” (CFB, 2020, p. 1) na BE, conceituando-a e definindo o que obrigatoriamente deve compô-la, consoante com a Lei nº 12.244/2010.

⁷ O Senado propôs, mediante o Projeto de Lei nº 319/2018, a construção obrigatória de “[...] biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica”, determinando que conste no projeto básico de edificação dessas unidades de ensino a “[...] identificação na planta baixa e dotação orçamentária específica para a construção de biblioteca escolar” (BRASIL, 2018, p. 1).

desse ato normativo, todavia, foi de dez anos⁸ e, talvez, suas principais contribuições tenham sido as discussões advindas de sua aprovação e do vencimento de seu prazo, ocorrido em maio de 2020. Gestores de instituições de ensino das redes públicas e particulares tiveram esse tempo para equipar suas escolas com bibliotecas. O cenário, no entanto, continua marcado por ações precárias, que inviabilizam o cumprimento do principal papel social da lei: garantir condições mais adequadas para o desenvolvimento escolar na educação básica.

O PNE supracitado, na estratégia 6.3, menciona a biblioteca como um dos ambientes a ser instalado com recursos do “[...] programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, [...] bem como produção de material didático [...]” (BRASIL, 2014, p. 60). O documento, referindo-se às bibliotecas públicas, menciona, na estratégia 6.4, que a escola deve manter articulação com equipamentos públicos, já que eles também são espaços educativos e culturais.

Quanto à modernização da BE, a Lei nº 13.005/2014 estabelece, em sua estratégia 7.20, que sejam providos

[...] equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. (BRASIL, 2014, p. 64).

⁸ A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 9.484/2018 visando à alteração da Lei nº 12.244/2010 em três pontos: 1) modifica a definição de biblioteca escolar; 2) cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), estabelecendo suas funções; e 3) prorroga seu prazo de vigência até 2024, relacionando-o a responsabilidades pelo descumprimento da lei. Por protocolo, a proposta de lei foi encaminhada pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal, onde tramita como PL nº 5.656/2019.

Reconhece-se que bibliotecas escolares desatualizadas e inadequadas invisibilizam a leitura e o trabalho pedagógico em torno dela, além de suas contribuições para a vida. Por isso, elas não podem continuar sendo vistas como “[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010, p. 3). Faz-se imperativo compreendê-las como “[...] equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo [...]” com objetivos específicos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento especialmente em leitura e escrita (BRASIL, 2018, p. 1).

Carmo (2012, p. 198), referindo-se às iniciativas político-pedagógicas de práticas de letramento, destaca que é imprescindível a “[...] revisão dos aspectos ideológicos e operacionais dessas políticas, as quais devem priorizar as reais necessidades dos grupos sociais e controlar como são aplicados os recursos oriundos dos cofres públicos, além de outras medidas”.

O Plano Nacional de Educação é um exemplo disso, pois é revisto a cada decênio. Entretanto, estudos que afirmam o progresso do cumprimento das 20 metas do atual documento devem ser divulgados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o que permite rever o emprego de mais recursos para sua exequibilidade.

2.1 Plano Municipal de Educação 2016-2026

Aos entes federativos coube a elaboração de seus planos de educação em até um ano após a publicação da Lei nº 13.0005/2014. Salvador, mediante a Lei nº 9.105/2016, aprovou o seu Plano Municipal de Educação (PME), o qual possui características estruturais e de conteúdos bastante semelhantes à lei nacional. Concernentes à leitura, ao livro e à biblioteca, vale destacar as estratégias 6.2, 7.16, 7.17 e 9.14. O que elas nos dizem? Ou o que podemos dizer sobre elas?

Começamos pelas duas primeiras: “[...] Participar de programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de [...] bibliotecas [...], bem como da formação de recursos humanos e da produção de material didático [...]”; e “[...] Ampliar a quantidade de instituições educacionais que possuem biblioteca, inclusive com acesso a computadores e internet” (SALVADOR, 2016, p. 5).

Portanto, no PME 2016-2026, a biblioteca escolar se configura como um espaço necessário e fundamental, assim como outros de caráter pedagógico, administrativo e/ou de naturezas diversas. Sua construção ou reestruturação não pode estar desassociada da contratação de profissionais competentes para serem responsáveis por eles (formação de recursos humanos). Quanto aos ambientes de ensino-aprendizagem, especificamente, ressalta-se que precisam de condições favoráveis para contribuir com a produção de material didático. Nesse conjunto, estão os livros de literatura e os periódicos (revistas e jornais) em formato impresso e digital, os quais devem ser fornecidos também pelo órgão gestor, no caso de Salvador, sua Secretaria de Educação.

A despeito do número de escolas públicas municipais na capital baiana que possuem biblioteca ou sala de leitura, o acesso à informação, sobretudo organizada e atualizada, guardadas as devidas proporções, é tão difícil quanto ter resultados qualitativos na educação brasileira, uma vez que há falta de aplicação de recursos e produção de conhecimentos mais detalhados sobre os diferentes contextos em que essas escolas estão inseridas e inobservância dos direitos de agentes das comunidades de ensino. Segundo reportagem em um dos principais jornais que circulam na Bahia, referindo-se à Lei nº 12.244/2010, Salvador dispunha de 384 espaços de leitura em suas 427 unidades de ensino. Eles estão distribuídos assim: salas de leitura (166); bibliotecas móveis (131); cantinhos de leitura (78); bibliotecas (8) e bebeteca (1) (CARVALHO, 2015).

A gestão executiva anterior da capital baiana (2013-2020) registrava 433 unidades de ensino públicas sob sua administração (SALVADOR, 2020), mas não em quais delas havia biblioteca ou ambiente similar. É, portanto, bastante complexo lidar com informações oficiais pouco divulgadas e/ou manipuladas, de acordo com interesses políticos, o que deixa a sociedade à mercê desse jogo.

Notavelmente, Salvador, em seu Plano Municipal de Educação vigente, se diferencia do que fora postulado nos documentos nacionais já analisados, inclusive pelo acréscimo da biblioteca. Isso se evidencia nas estratégias 7.17 e 9.14, respectivamente: Promover a formação de leitores através da implementação do Plano Nacional do Livro e da Leitura ou de programas próprios” e “viabilizar o acesso dos educandos de Educação de Jovens e Adultos a variados ambientes de aprendizagem e às novas tecnologias de informação e comunicação, através de parcerias e/ou utilização de bibliotecas [...]” (SALVADOR, 2016, p. 5-6).

3 A POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA E ESCRITA

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) ou Lei nº 13.696/2018, doravante Lei Castilho⁹, institui diretrizes basilares para a eficiência de políticas públicas que abranjam o livro, a leitura e a biblioteca, bem como a literatura e a escrita, prevendo que a União a implemente em parceria com os entes federados e com o envolvimento de instituições privadas e da sociedade civil.

A escrita e a leitura são reconhecidas, no inciso II do Art. 2º da Lei nº 13.696/2018, como um direito cuja garantia permite o exercício pleno da cidadania, condições para que se possa desfrutar de vida digna e “[...] contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.” (BRASIL, 2018, p. 1).

⁹ José Castilho Marques Neto, ex-secretário-executivo do PNLL, apresentou ao Congresso Nacional o anteprojeto em 2016. Ele milita em favor da formação leitora no Brasil há décadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996), em seu Art. 32, inciso I, considera o domínio da escrita um dos meios básicos para a formação básica do cidadão. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compreende a escrita como parte do sistema de representação da língua e uma prática de linguagem conjugada aos eixos de integração da Língua Portuguesa. Esses “[...] são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área [...]”, (BRASIL, 2018, p. 71), cujos usos sociais permitem a participação no mundo letrado.

A dupla leitura e escrita está imbricada no processo de ensino-aprendizagem, sendo bastante enfatizada nas competências específicas de Linguagens e Língua Portuguesa. Apesar desse destaque, muitos estudos apontam o baixo desempenho dos brasileiros nessas práticas sociais linguísticas. (PESSOA; ANDRADE, 2020; BRASIL, 2019; LIMA, 2012).

Ao tornar essas duas práticas de letramento garantias, como o fez com o livro, a literatura e a biblioteca, a PNLE reconhece que elas não podem ser fomentadas apenas no espaço escolar. As práticas linguísticas são fundamentais e, portanto, estão presentes nos diversos ambientes sociais.

Diretrizes da referida lei (Art. 2º) ratificam isso em seus incisos III e IV, respectivamente; a saber: “O fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC)” e “A articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003”.

A PNLE delega também responsabilidades a órgãos da estrutura governamental e prazos para os mesmos, não deixando à mercê do Poder Executivo Federal o cumprimento de seus objetivos. Nestes, em consonância com

o artigo supracitado, a biblioteca pública ou de acesso público¹⁰ é notadamente mencionada, bem como elementos que a potencializa. Em seu inciso VI, considera-se

Fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações (BRASIL, 2018, p. 2).

Essa conjuntura, sim, qualifica a formação leitora de brasileiros em diferentes espaços sociais, não podendo ficar, portanto, apenas como patrimônio documental do país. Ela precisa estar viva, ou seja, ser implantada e implementada.

No tocante à literatura, o termo e seus adjetivos são principalmente empregados em políticas, planos e programas de formação de leitores, sobretudo quando um dos aspectos discutidos é o acervo na biblioteca escolar.

A BNCC postula o direito à literatura, considerando-a um importante campo de atuação sobre o mundo. Nesse sentido, há um diálogo entre esse documento do âmbito educacional e a PNLE, para a qual devem ser promovidos

[...] a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas [...] (BRASIL, 2018, p. 2).

A leitura literária, também, é objeto de estudo e análise em diversas publicações acadêmico-científicas e pesquisas do panorama brasileiro sobre práticas de letramento. Em sua 5ª edição, a Retratos da Leitura no Brasil focou os hábitos de leitores em relação à Literatura, uma novidade nesse estudo. Por isso,

¹⁰ Registra-se que há 6.057 unidades desse tipo de biblioteca no Brasil, conforme levantamento feito em 2015 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Em Salvador, existem oito, as quais são administradas por órgãos municipais (2) e estaduais (6).

vale destacar os seguintes dados: 1) A escola ou um(a) docente ocupa o 1º lugar (52%) na indicação dos participantes da pesquisa, quando questionados sobre o início do interesse pela literatura; 2) 70% dos leitores preferem o formato impresso para ler Literatura; e 3) cerca de 30% participa de eventos literários.

A PNLE, em seus objetivos, reitera os eventos literários como uma das ações incentivadoras para o desenvolvimento da “[...] economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional” (BRASIL, 2018, p. 2), reforçando que o acesso a obras literárias para pessoas com deficiência deverá ser viabilizado pelo Programa Nacional do Livro e da Leitura.

Nesse sentido, as medidas em prol da biblioteca, escrita, leitura, literatura e do livro precisam estar alinhadas entre si, a fim de que os leitores forneçam outros indicadores, a partir do cumprimento dessas iniciativas.

4 ÁRVORE

É consenso entre os profissionais da/em educação de que a falta de biblioteca nas escolas interfere na formação de uma sociedade leitora. Esse reconhecimento, especificamente em relação à biblioteca escolar, pode ser evidenciado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Salvador, a qual, em 2020, cerca de quatro meses após a suspensão das aulas presenciais por causa da Pandemia do Coronavírus, assinou termo de prestação de serviço não remunerado com a Árvore. Essa plataforma de leitura digital, cujo público-alvo são escolas privadas e públicas do nosso país, está organizada em duas soluções – a Árvore Livros e a Árvore Atualidades. Nessas, as comunidades escolares assinantes têm acesso a um vasto acervo de obras literárias, periódicos e materiais de referência, bem como a conteúdos jornalísticos atuais e multitemáticos. Esses recursos são caracterizados pela ludicidade e interatividade, inclusive a partir de atividades gamificadas, alinhadas à BNCC.

A parceria da Prefeitura de Salvador com a Árvore foi descrita pela gestão municipal como uma das medidas de incentivo à educação durante a atual pandemia sanitária. Porém, essa ferramenta somente esteve e ainda está acessível¹¹ para professores e seus alunos do ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º anos. Dessa forma, não foi contemplado o público da educação infantil nem dos anos iniciais da educação básica (1º ao 5º anos).

Na Árvore, um dos primeiros atrativos a ser observado é o acervo, que possui mais de 30 mil obras (literárias, de estudo, revistas e jornais nacionais e estrangeiros etc.), e como ele está organizado (indicação por segmento escolar – educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, por exemplo). A escola, seus docentes e educandos se veem diante de uma biblioteca de grande porte, acessível e desejável. Isso dá a sensação de que ela pertence à instituição de ensino, o que é positivo, e releva a importância desse espaço de aprendizagem. Apesar disso, devemos reforçar que o ideal é a existência de bibliotecas físicas nas escolas, munidas de um bom acervo impresso e digital, bibliotecário e equipe de apoio.

Esse acordo público-privado oferece elementos suficientes para uma discussão em torno da leitura e das bibliotecas sob o viés da adoção de políticas públicas educacionais, as quais têm desdobramentos na aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, a comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino ambiciona que as referências normativas analisadas neste artigo sejam respeitadas e cumpridas, configurando o principal pacote de medidas de incentivo à educação. Não obstante, a referida parceria se caracteriza como uma ação pertinente, principalmente, neste tempo de pandemia sanitária viral em que

¹¹ Referentes à internet e a equipamentos eletrônicos não se pode afirmar que exista acessibilidade, sobretudo, para os educandos. Além de entraves tecnológicos, outras dificuldades permeiam a baixa apropriação dessa plataforma por parte dos estudantes e seus docentes da Rede Municipal de Salvador.

o retorno às aulas presenciais ainda é indefinido e, por conseguinte, a retomada das atividades da/na biblioteca escolar.

Essa iniciativa, portanto, suscita a questão: A SMED adotou medidas para que a Lei nº 12.244/2010 fosse cumprida? E, se sim, quais foram elas? Já vimos anteriormente que não há transparência nos dados oficiais da rede municipal relacionados à biblioteca escolar, inviabilizando a resposta à questão.

Outro ponto importante para discussão é a premissa de que todas as unidades de ensino da Rede Municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, com acervo adequado aos educandos, por grupo etário, conforme pôde ser verificado na versão preliminar do Regimento Escolar Comum¹², enviada, em agosto de 2020, à direção das escolas e ao seu corpo docente.

Infelizmente, isso não corresponde à realidade soteropolitana na rede de ensino pública nem privada. Se a universalização da biblioteca escolar tivesse sido cumprida em nossa cidade, configurar-se-ia uma excepcionalidade no cenário educacional brasileiro. Logo, esse dado seria amplamente divulgado.

O modelo de documento supracitado, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, embora trate das competências de funcionário que gerenciará a biblioteca/sala de leitura, ignora a formação específica da pessoa designada, pois esta poderá ser indicada pela direção da escolar ou pelo órgão gestor.

A versão preliminar do Regimento Escolar Comum é uma proposta cujo suposto objetivo é orientar as unidades de ensino na construção de seus próprios regimentos internos, mas, além de não apresentar veracidade em seu teor, ainda não condiz com os marcos legais brasileiros. Ela evidencia contradições entre discursos e práticas, e destas entre si nas iniciativas dos gestores públicos.

Conheçamos um pouco mais da plataforma digital, cuja parceria formalizada com a SMED consistiu em uma inovação temporária para a comunidade escolar da rede municipal.

¹² Esse documento fora avaliado pelos profissionais do Magistério da Rede, que não o validaram.

O caráter transformador da leitura na educação foi o que motivou a criação da *Árvore*, em 2014, afirma a maior plataforma de leitura digital do Brasil, como também se denomina hoje. Esse título deve-se inicialmente à sua fusão, em 2019, com outra *startup* de leitura gamificada – Guten – focada em atualidades, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades leitoras e do senso crítico dos estudantes. Tal união constitui a *Árvore*, a qual oferece soluções para o universo educacional. Antes dessa incorporação, esse reconhecimento já existia para ambas as empresas, que colecionam separadamente prêmios nacionais e internacionais relacionados, principalmente, à educação e inovação, inclusive no setor público brasileiro.

Outros resultados e informações apresentados pela supracitada *startup* são impressionantes. Sua prestação de serviços alcança mais de meio milhão de estudantes, das mais de 3.300 escolas públicas e privadas assinantes. Registra-se que mais de um milhão de obras já foram lidas até o último ano, tornando a média de livro lido por aluno duas vezes maior que a nacional. A empresa ratifica seu objetivo de ajudar escolas de todo o país na semeadura da leitura ao oferecer também assessoria pedagógica por meio de sua equipe de especialistas em formação de leitores, os quais, alinhados à BNCC, acompanham e apoiam as escolas e seus respectivos educadores no planejamento de sequências didáticas, nas ferramentas de atividades de leitura, no relatório para análise (índices de leitura por turma e educando) etc.

Sabemos que o Brasil apresenta um cenário desafiador. Nossos estudantes estão abaixo da média global em proficiência leitora e isso afeta o processo de ensino e aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, comprometendo o futuro desses jovens. [...]. Atuamos para mudar esse cenário, ajudando a formar cidadãos cada vez mais críticos e com mais oportunidades. [...]. Acreditamos no *poder da leitura* (grifo nosso) e trabalhamos para que ela alcance nossos estudantes onde quer que eles estejam (ÁRVORE, 2020, p. 1-2).

Para que esteja “o mundo nas mãos dos alunos” (ÁRVORE, 2020) por meio da leitura, a Árvore, que enfatiza a formação de leitores críticos¹³ e com um repertório cultural mais vasto, empreendeu em *softwares educacionais*. A startup sinaliza que os estudantes têm acesso aos materiais em conformidade com seu grupo escolar, porque a curadoria do acervo foi realizada por especialistas em Biblioteconomia.

No desafio de formar leitores, o que passa pela criatividade, a Árvore ainda oferece a Liga de Leitores e Concursos Literários. São atividades, dentre outras, que visam a engajar as escolas, seus professores e alunos, estimulando-os a participarem e desenvolverem habilidades e competências leitoras.

A Árvore, pelas características apresentadas, reitera que o universo escolar e social dos brasileiros pode ser transformado. Basta, no entanto, que os objetivos, as metas, diretrizes, estratégias etc. das políticas e dos planos sejam observados e realizados. Eles são instrumentos seguros e sustentáveis para a produção de práticas pedagógicas transformadoras e resultados cujos benefícios se anteciparão à sua avaliação pelos sistemas/mecanismos de que o Brasil dispõe para essa finalidade.

Ressalta-se, entretanto, que apenas o cumprimento da legislação referenciada neste artigo não é suficiente para mudanças tão significativas, mas para que estas ocorram esse é um ponto de partida muito importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proeminência de documentos normativos cujo escopo é o livro, a biblioteca, a leitura, a literatura e/ou a escrita, não se pode ignorar a necessidade

¹³ É pertinente destacar que a BNCC não emprega essa expressão, antes formação de leitores literários e leitores-fruidores. Nesse documento, fala-se em “[...] garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura” (BRASIL, 2018, p. 138).

de reflexão, debate e mobilização social em prol do implemento da legislação brasileira concernente à formação leitora e ao bem comum das comunidades escolares e de toda a sociedade. Nessa conjuntura, este artigo se configura em um dispositivo contextualizado de discussão sobre o tema, uma vez que faz um paralelo entre as particularidades da capital baiana e de sua rede de ensino escolar com as do cenário nacional, quando possível. Além disso, discorre sobre implicações repercutidas na formação de leitores, evidenciando o quanto o conjunto de atos normativos que a prioriza é desconsiderado.

Postulado isso, ressalta-se que temos boas políticas públicas de fomento à leitura, as quais precisam ser reformuladas, quando imperativo, para melhor atender as peculiaridades do público-alvo e se adequar ao cenário socioeducacional e cultural. Elas, todavia, quando descontinuadas ou interrompidas, se constituem em retrocesso para a população brasileira.

A assertividade das políticas públicas, portanto, passa pelo viés da revisão, além de estar atrelada a uma conjuntura bastante ampla e complexa, visto que envolve muitos recursos públicos, associações paraestatais, governabilidade, participação popular dentre outros.

O estabelecimento das políticas públicas de Estado, no entanto, é fundamental, porque, a partir ou através delas, é possível a tomada de outras decisões e adoção de medidas que contribuam significativamente para o desenvolvimento global e específico das comunidades acadêmicas, escolares, científicas e culturais brasileiras, as quais foram ainda mais afetadas nos últimos anos da década anterior, tendo como agravante a Pandemia do Coronavírus.

A Política Nacional de Leitura e Escrita ou Lei nº 13.696/2018, por exemplo, se constitui uma decisão política assertiva no cenário atual do Brasil, sobretudo, no âmbito da União, pois o país sofre historicamente com mudanças de políticas de governo em detrimento de políticas públicas de Estado. Lamentavelmente,

projetos de descontinuidade estão muito comuns, principalmente, na educação e na cultura¹⁴.

Outro marco, no conjunto de documentos normativos da legislação brasileira, é a Lei nº 12.244/2010. Ela evidencia que muitos esforços ainda precisam ser empreendidos para mudar o cenário socioeducacional e cultural do nosso país. E existe, sim, em curso, uma mobilização em prol da universalização da biblioteca escolar, leitura, escrita, literatura e do livro.

O esgotamento do prazo de implementação dessa lei não exime de responsabilidade socioeducacional autoridades públicas, agentes desse setor e da rede particular para tornarem o acesso ao livro e à leitura em bibliotecas escolares possível, algo fundamental no processo formativo de leitores.

Embora sejam desalentadores índices e resultados apontados neste artigo, há esperança de dias melhores, porquanto as determinações da Lei nº 12.244/2010 foram, no mínimo, adiadas, uma vez que o Congresso Nacional foi mobilizado a revê-lo. Essa revisão se materializa nos projetos de lei supracitados, os quais respaldam a sociedade brasileira em sua luta por educação de qualidade e equidade entre as diferentes classes sociais.

Faltam, lamentavelmente, bibliotecários nas escolas do Brasil, assim como bibliotecas. Ambos sofrem com a histórica invisibilidade atribuída pela política governamental na nação brasileira, embora nosso país tenha uma produção excelente de trabalhos acadêmicos, legislativos e civis em defesa da Educação, Ciência da Informação, Linguística Aplicada e outras áreas. Muitas dessas publicações discutem com mais ênfase práticas de leitura e formação de leitores na escola (SILVA, 2018; SALGADO, 2016), enquanto outras focalizam a

¹⁴ Essa é uma das muitas áreas que sofre com a política de retrocessos do atual governo federal, o qual extinguiu o Ministério da Cultura, órgão que, por décadas, foi parceiro do Ministério da Educação no fomento de Políticas Públicas de Leitura, nas áreas educacionais e culturais. Nessa atual gestão governamental, até os projetos de competência do MEC, embora em vigor, estão em processo de descontinuidade pelo corte de recursos ou não investimento pleno deles.

competência informacional e a formação do bibliotecário (PAIVA, 2018; GUIMARÃES; BARREIRA, 2016).

Essa profusão se constitui, com os documentos legais, um meio de atuação sobre a realidade, com vistas à transformação de um país em que as práticas de letramento poderão ser acessíveis a todos sem distinção, na escola ou em qualquer lugar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. A lingüística aplicada na grande área da linguagem. In: SILVA, Kleber Aparecido; ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. *Perspectivas de investigação em lingüística aplicada*. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 25-32.

A TARDE. *6ª Edição da Parada do Livro distribuirá 40 mil livros*. Salvador, 22 abr. 2019. Disponível em: [<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2101709-vi-edicao-da-parada-do-livro-distribuir-40-mil-livros>]. Acesso em: 08 set. 2020.

ÁRVORE. Disponível em: [<https://www.arvore.com.br/>]. Acesso em: 15 ago. 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. *Caderno do PNLL: edição em atualizada e revisada em 2014*. Disponível em: [http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660]. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei nº 9.484, de 2018*. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1681287] Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011*. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm]. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 9.930, de 23 de julho de 2019*. Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9930.htm#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%207.559,que%20lhe%20confere%20o%20art.] Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm]. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 maio 2010. p. 3. Disponível em: [<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5259000/pg-3secao-1-diario-ofical-da-uniao-dou-de-25-05-2020>]. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: [<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei-13696-18-07-12.pdf>] Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: [<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>]. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. *Relatório Brasil no Pisa 2018*. Brasília: INEP/MEC, 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de lei do Senado nº 319, de 2018*. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica. Disponível em: [<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133813/pdf>] Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de lei nº 5.656, de 2019*. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: [<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139562>] Acesso em: 09 set. 2020.

CAMPELLO, Bernadete; et al. *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARMO, Edileide da Silva Reis do. *Herdando uma biblioteca: uma investigação sobre espaços de leitura em uma escola da rede pública estadual*. 2012. 297f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura: Linguagem e Interação) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARVALHO, Wynne. Bahia precisa construir 525 bibliotecas até 2020. *A Tarde*, Salvador, 15 jun. 2015. Disponível em: [<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1688825-bahia-precisa-construir-525-bibliotecas-ate-2020>] Acesso em: 19 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. *Resolução nº 220, de 13 de maio de 2020*. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em [<http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>] Acesso em: 21 set. 2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAILLA, Zoara (Coord.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: IPL, 2020. Disponível em: [<https://prolivro.org.br/wp->

content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf] Acesso em: 15 set. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. *Diretrizes da IFLA para biblioteca escolar*. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf] Acesso em: 13 set. 2020.

GUIMARÃES, Fernanda Xavier; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus S. *Biblioteca escolar e as perspectivas curriculares dos cursos de biblioteconomia da região Nordeste*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.

LIMA, Margareth Brainer de Queiroz. *Ensino de leitura e escrita para crianças em processo de alfabetização: saberes e práticas docentes*. 2012. 208f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo, Ensino e Diferença) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

PAIVA, Raquel Miranda Vilela. *A biblioteca escolar e os nativos digitais*. 2018. 181f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação: Informação, Cultura e Sociedade) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PESSOA, Patricia dos Santos; ANDRADE, Márcia Siqueira de. Práticas de leitura e desempenho de alunos do ensino médio. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2020.

SALGADO, Valter de Lima. *O papel do professor na competência de leitura e escrita: didática e prática pedagógica*. Curitiba: Appris, 2016.

SALVADOR. *Decreto nº 24.590, de 12 de dezembro de 2013*. Institui o Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca da cidade do Salvador do estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2459/24590/decreto-n-24590-2013-institui-o-plano-municipal-do-livro-da-leitura-e-da-biblioteca-da-cidade-do-salvador-do-estado-da-bahia-e-da-outras-providencias] Acesso em: 08 set. 2020.

SALVADOR. *Lei nº 9.105, de 29 de julho de 2016*. Aprova o Plano Municipal de Educação de Salvador e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, v. 29, n. 6.643, 30 jul - 01 ago 2016. p. 3-9. Disponível em: [http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/DOM/20160730.pdf] Acesso em: 19 set. 2020.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação. *Escolas*. Disponível em: [http://educacao.salvador.ba.gov.br/escolas/] Acesso em: 18 set. 2020.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação. *Salvador implanta pacote de medidas para educação durante pandemia*. Disponível em: [http://educacao.salvador.ba.gov.br/salvador-implanta-pacote-de-medidas-para-educacao-durante-pandemia/]. Acesso em: 21 set. 2020.

SILVA, Solimar. *Práticas de leitura: 150 ideias para despertar o interesse dos alunos*.

Petropolis: Vozes, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Relação de bibliotecas públicas do Estado da Bahia*. Disponível em: [http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecas-ba/] Acesso em: 20 set. 2020.

VILELA, Patrícia Ares Azevedo Dourado. *A leitura como prática significativa para os alunos do 5º ano do ensino fundamental: uma contribuição para a formação de leitores na rede de ensino de Lapão/Ba*. 2017. 127f. Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

A AUTORA E O PPGLinC

Edileide da Silva Reis do Carmo

Sou Licenciada em Letras Vernáculas (UFBA), Especialista em Educação a Distância (UNEB) e Mestra em Língua e Cultura (UFBA). A partir de 2009, comecei a exercer a docência em instituições educacionais públicas e privadas, do ensino básico e superior. Desde 2014, sou Professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Salvador. No Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, pude conhecer mais e melhor a Linguística Aplicada, desenvolver atividades como bolsista CAPES, integrar a Comissão Organizadora do TemPós e, posteriormente, compor a equipe de bolsistas do Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, em 2012. Essas experiências acadêmicas e profissionais são resultantes da formação no PPGLinC, a qual muito tem contribuído para as minhas práticas docentes.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 29 de setembro de 2020.

Aprovado em sistema duplo cego em: 26 de fevereiro de 2021.